

Denise Elias

Geógrafa e Mestre pela Universidade de São Paulo (USP),
Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Pesquisadora CNPq
deniseliasgeo@gmail.com

Renato Pequeno

Professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e docente do Programa
de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo + Design
da Universidade Federal do Ceará (UFC), Pesquisador CNPq
renatopequeno@gmail.com

Felipe Rodrigues Leitão

Geógrafo e Mestre em Geografia, Doutorando em Geografia
pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)
mr.feliper@gmail.com

O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza?

Resumo

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no estado do Ceará, é uma das mais importantes do Brasil. Formada por 19 municípios, é extremamente heterogênea e marcada por consideráveis diferenças entre seus municípios, incluindo os níveis de urbanização. Para além da diversidade, apresenta especificidades bastante *sui generis* quando se trata de uma região metropolitana, tal como a forte presença de espaço rural e de atividades agropecuárias, que caracterizam predominantemente o uso e a ocupação do território de alguns municípios. Neste artigo, apresentamos evidências da importância do setor agrário na RMF e trabalhamos com a hipótese de que a agropecuária é uma atividade de grande destaque em relação ao uso e à ocupação do espaço e à economia da região. Como metodologia, adotamos os procedimentos clássicos de uma pesquisa científica na área de ciências humanas e sociais aplicadas, como pesquisa bibliográfica e documental, organização de séries estatísticas e confecção de cartogramas. Por fim, confirmamos a hipótese de que o espaço rural e as atividades agropecuárias têm forte presença na RMF.

Palavras-chave: Agropecuária, Espaço Rural, Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará.

Resumé

QU'EST-CE QUE L'AGRAIRE DANS LA RÉGION MÉTROPOLITAINE DE FORTALEZA?

La Région Métropolitaine de Fortaleza (RMF), dans l'État de Ceará, est l'une des plus importantes du Brésil. Formé de 19 municipalités, il est extrêmement hétérogène et marqué par des différences considérables entre ses municipalités, inclus leur niveau des niveaux d'urbanisation. Outre la diversité, elle présente des spécificités assez variées lorsqu'il s'agit d'une région métropolitaine, comme la forte présence de l'espace rural et des activités agricoles, qui caractérisent majoritairement l'utilisation et l'occupation du territoire de certaines municipalités. L'objectif principal de l'article est de présenter des preuves de l'importance de l'agriculture dans le RMF. Pour guider le développement de la recherche, nous partons d'une hypothèse principale, à savoir que l'agriculture est une activité de grande importance en termes d'utilisation et d'occupation de l'espace, ainsi que dans l'économie du RMF. Comme méthodologie, nous avons utilisé les procédures classiques de la recherche scientifique dans le domaine des sciences humaines et sociales appliquées, telles que la recherche bibliographique et documentaire, l'organisation de séries statistiques, la réalisation de cartogrammes. Nous concluons que l'espace rural et les activités agricoles ont une forte présence dans le RMF.

Mots-clé: Agriculture, Espace rural, Région Métropolitaine de Fortaleza, Ceará.

1. Introdução

Este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa sobre a difusão do agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e seus principais impactos econômicos, sociais e territoriais (ELIAS, 2020; LEITÃO, 2021; ELIAS; LEITÃO; PEQUENO, 2022). Para o presente estudo, apresentamos evidências que confirmaram uma das principais hipóteses trabalhadas: a de que a agropecuária é uma atividade de grande destaque na economia e na produção do espaço da RMF. Como recorte temporal, adotamos o período que vai da década de 1990 até os dias atuais.

A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, além do levantamento de dados estatísticos sobre a produção agropecuária e dados sobre número de estabelecimentos agropecuários, número de pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário, taxa de urbanização, área dos municípios, número de assentamentos rurais, classificação dos espaços urbano e rural, entre outros.

Para algumas dessas variáveis, quando os dados permitiam, foram construídas séries históricas. Para a elaboração de cartogramas, utilizamos o tratamento de dados através do *software* Qgis. As principais fontes consultadas foram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando notadamente os Censos Agropecuários, os Censos Demográficos, a Produção Agrícola Municipal, a Produção Pecuária Municipal, a Estimativa da População e o Produto Interno Bruto Municipal.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo é composto por cinco seções. A primeira apresenta algumas características da economia e do território da RMF, enquanto o reconhecimento do espaço rural na RMF é o foco da segunda seção. Já a seção seguinte apresenta dados sobre os estabelecimentos agropecuários na região e os destaques da produção agropecuária. A existência de perímetros irrigados públicos e de assentamentos de reforma agrária são temas discutidos na quarta seção. Por fim, a última seção discute a presença das pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário.

2. Apresentando a Região Metropolitana de Fortaleza

Frente às exigências do neoliberalismo e da produção flexível, desde os anos 1990, de forma especial, o Ceará passa por importantes processos de reestruturação econômica e territorial e é cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos do período histórico atual, com objetivo de inserir-se na lógica da produção e do consumo globalizados e da maximização dos lucros. Tais mudanças são comandadas por uma comunhão de interesses das elites locais com novos agentes econômicos forasteiros, com o total apoio do Estado. Esse cenário inseriu o Ceará em uma nova divisão social e territorial do trabalho, com fortes impactos sobre a economia e o território (ELIAS; PEQUENO, 2013).

No início dessas transformações, o dinamismo econômico se manifestou com a construção de novos sistemas de objetos (SANTOS, 1996) associados aos transportes (estradas, aeroportos, terminais de passageiros,

porto), às comunicações (redes de telefonia móvel e internet), ao saneamento básico, à eletrificação e aos recursos hídricos (açudes, canais de irrigação, adutoras), com objetivo de proporcionar a fluidez territorial e informacional para os novos investimentos produtivos.

Também foram implantadas indústrias de bens de consumo com mão de obra intensiva não qualificada, fruto da guerra fiscal encampada muito fortemente pelo governo estadual, tornando o Ceará um dos expoentes do que Santos (2000) chamou de guerra dos lugares pelos investimentos produtivos. Realçaram-se os investimentos realizados em indústrias de produção de bens de consumo, especialmente têxtil, vestuário, calçados, alimentos e bebidas, caracterizadas como de trabalho intensivo. Entre os destaques, está a instalação de indústrias calçadistas provenientes de outros estados, especialmente do Rio Grande do Sul, que transformou o Ceará no segundo maior polo de produção e exportação de calçados do Brasil¹. No caso do ramo calçadista, considerando o grande contingente de mão de obra que uma unidade ocupa, a implantação em determinados municípios foi determinante para a (re)estruturação do mercado de trabalho local, especialmente em cidades do interior do estado².

Após duas décadas, no início do século XXI, esse perfil industrial foi em parte alterado com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no qual foram instaladas indústrias de bens de produção, como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que produz vários tipos de placas de aço, transformando o estado em produtor e exportador desse produto. Essa recente realidade reorganizou a pauta de exportações do Ceará, que tinha no seu topo produtos como a castanha-de-caju e hoje tem as placas de aço. De acordo com dados da empresa, seus produtos chegam a mais de 23 países e são responsáveis pelas principais movimentações do Porto do Pecém (CSP, s. d.). Atualmente, o CIPP é formado por cerca de outras 25 indústrias notadamente de bens de produção e de serviços logísticos (PECÉM, s. d.).

Entre as atividades produtivas implantadas, tivemos também o incentivo a modernos e diversificados comércios e serviços, incluindo atividades associadas ao chamado turismo de sol e mar, que movimentam uma gama numerosa de serviços (hospedagem, alimentação, transporte, administração, lazer, agências de turismo, artesanato) e que fizeram do Ceará, com seus

quase 600 km de um lindíssimo litoral, um dos destinos turísticos mais procurados por brasileiros e estrangeiros, inclusive para a prática de esportes aquáticos³. Para a construção dessa realidade e com o objetivo de vender as belezas naturais do litoral cearense, o governo do estado tem investido maciçamente em publicidade e *marketing*, desde os anos 1990 até hoje.

A reestruturação produtiva também atingiu a agropecuária, incrementando uma atividade voltada especialmente à obtenção de lucro e renda da terra, difundindo os pilares do que se convencionou chamar de agronegócio. Atingiu tanto produções já existentes, como de frutas tropicais (coco, melão, castanha de caju), pesca de camarão, avicultura, produção de leite e laticínios, além de implantar novas culturas como a de rosa, sendo que alguns produtos são voltados especialmente para a exportação⁴.

A difusão de todas essas atividades se deu concomitantemente à multiplicação de comércios e serviços especializados, associados tanto ao consumo consumptivo quanto ao consumo produtivo⁵. Isso culminou com a instalação de estabelecimentos filiais de lojas de departamentos, supermercados⁶, *shopping-centers*⁷, bancos, universidades públicas e privadas, serviços de saúde privada, clínicas médicas e hospitais, hotéis, serviços de telefonia móvel, filiais de lojas de eletrodomésticos e eletrônicos, lojas especializadas no consumo produtivo para a agropecuária, empresas de consultoria, redes de *fast food*, empresas imobiliárias, incorporadoras e de construção civil, serviços de logística, centros de distribuição de empresas de *e-commerce*, entre tantos outros⁸.

Apesar de ter entre as justificativas para a distribuição dos generosos recursos públicos utilizados para incentivos fiscais para a atração de investimentos⁹ o fato de que esses trariam empregos e desenvolvimento para todo o estado, após cerca de três décadas de início dessas políticas, podemos afirmar que houve crescimento econômico, mas não com a intensidade pretendida¹⁰. Além disso, grande parte dos investimentos se concentraram em alguns poucos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

Esse cenário foi determinante para a quebra de muitos dos históricos paradigmas explicativos da economia política da urbanização cearense, assim como de resto da própria cidade de Fortaleza, capital do Ceará, ocorrendo a reconfiguração espacial e a expansão de sua região metropolitana, estendendo-se ao longo do litoral.

Constituída em 1973, a RMF foi então composta por cinco municípios (Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz). Ao longo do tempo, foi sendo expandida mediante processos de emancipação de distritos e de anexação de novos municípios, até somar os atuais 19 municípios, conforme a figura 1¹¹.

Com uma área total de mais de 7,4 mil km², a RMF é a mais populosa e complexa aglomeração urbana do Ceará¹². Seus 4,1 milhões de habitantes correspondem a cerca de 45% do total da população do estado, a qual se concentra principalmente em Fortaleza, capital do estado e município polo da região metropolitana. De acordo com estimativa populacional do IBGE (IBGE, 2019a), Fortaleza somava pouco mais de 2,6 milhões de habitantes em 2019, correspondendo a 29% do total da população cearense e a 65% da RMF. Além disso, concentrava cerca de sete vezes a quantidade de habitantes do segundo município mais populoso da RMF, Caucaia, com 361,4 mil habitantes, enquanto a população dos outros 17 municípios somava cerca 1,075 mil habitantes, revelando uma desigual distribuição de pessoas (tabela 1).

Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) da região correspondeu a mais de 60% do PIB total do estado, sendo que Fortaleza foi responsável pela maior participação, seguida de longe por Maracanaú e Caucaia (IBGE, 2017b), municípios conurbados ao sudoeste e ao oeste de Fortaleza, respectivamente (tabela 1). Em conjunto, os três municípios concentravam próximo a 80% da população e do PIB da RMF (79,5% e 81,5%, respectivamente). Esses dados evidenciam que a macrocefalia urbana (SANTOS, 2008), característica da urbanização brasileira, também está presente na RMF.

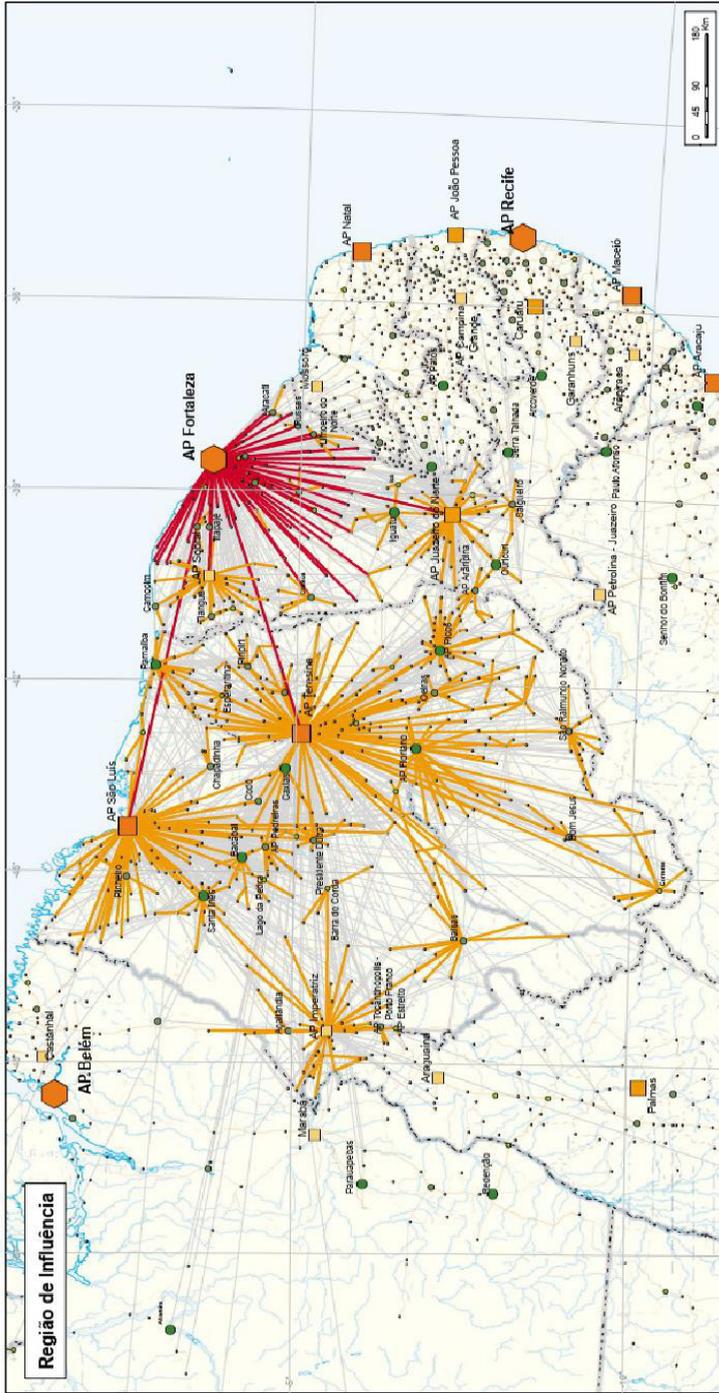
Economias fortemente calcadas no terciário são regra nas principais metrópoles no mundo. Essa realidade não é diferente para Fortaleza, com sua economia fortemente atrelada ao comércio e aos serviços. A importância econômica dessa cidade extrapola em muito o estado do Ceará, constituindo-se como uma metrópole regional. Dados da última pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2020) mostraram que sua centralidade alcança outros estados das regiões Nordeste (Piauí, Maranhão e Pernambuco) e Norte (Tocantins e Pará), abrangendo as capitais São Luís e Teresina, alcançando 34 centros sub-regionais, 58 centros de zonas e 630 cidades, constituindo a quarta maior área de influência no quesito população do país, com mais de 20 milhões de habitantes (figura 2). Ademais, desde 2020, Fortaleza tem o maior PIB municipal da região Nordeste e o 9º do Brasil.

Tabela 1
POPULAÇÃO, ÁREA TOTAL E PIB DO CEARÁ E DA RMF

Município	População 2019	PIB (mil R\$) 2017
Ceará	9.132.078,00	147.890.392
RMF	4.106.245	93.130.074
%	44,97	62,97
Aquiraz	80.271	2.205.364
Cascavel	71.743	895.957
Caucaia	361.400	5.860.370
Chorozinho	20.264	268.102
Eusébio	53.618	2.955.751
Fortaleza	2.669.342	61.579.403
Guaiúba	26.064	209.204
Horizonte	67.337	1.596.807
Itaitinga	37.980	663.523
Maracanaú	227.886	8.537.588
Maranguape	128.978	1.367.885
Pacajus	72.203	1.064.219
Pacatuba	83.432	1.035.662
Paracuru	35.076	475.781
Paraipaba	32.744	357.051
Pindoretama	20.567	221.074
São Gonçalo do Amarante	48.422	3.081.374
São Luís do Curu	13.000	96.085
Trairi	55.918	658.874

Fonte: Elaborada por Felipe Rodrigues Leitão a partir de dados do IBGE (2017b; 2019a).

Figura 2
REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE FORTALEZA EM 2018



Fonte: IBGE (2020).

Apesar de a RMF se destacar economicamente em atividades comerciais e de serviços, as demais atividades (dentre elas, a agropecuária) também estão presentes e contribuem para a economia e a produção do espaço. Com base nesse contexto, nos propomos a apresentar e analisar algumas características importantes dessas atividades na RMF.

3. O espaço rural

A RMF é uma região extremamente heterogênea, marcada por diferenças consideráveis entre os municípios que a compõem, incluindo distintos níveis de urbanização. Para além da diversidade entre os municípios, tratando-se de uma região metropolitana, a RMF apresenta especificidades bastante *sui generis*, como a forte presença do setor rural e das atividades agropecuárias, que caracterizam predominantemente o uso e a ocupação do território de alguns municípios. Em 2010, os municípios com menores taxas de urbanização foram Trairi (36,5%) e Paraipaba (44,5%) (tabela 2). Outros cinco mostravam menos de dois terços da população vivendo nas áreas urbanas, como São Gonçalo do Amarante, Paracuru, São Luiz do Curu, Pindoretama e Chorozinho, todos situados nas extremidades da região metropolitana, onde as práticas agrícolas se apresentam mais intensamente.

A partir da classificação proposta pelo IBGE (2019c), podemos verificar que o espaço da RMF está dividido entre as categorias urbanas e rurais, subclassificadas em outras diferentes sete situações que vão desde espaços com alta densidade de edificações até áreas de uso rural caracterizadas pela presença de estabelecimentos agropecuários, como demonstrado no quadro 1¹³. Somente 25% da área da RMF é classificada como efetivamente urbana, enquanto o restante é considerado rural, nas diferentes classes consideradas no estudo¹⁴.

Tabela 2TAXA DE URBANIZAÇÃO NO CEARÁ, RMF E POR MUNICÍPIOS EM 1991, 2000 E 2010¹⁵

UF / Região / Município	Taxa Urbanização (%)		
	1991	2000	2010
Ceará	65,37	71,53	75,09
RMF	93,39	94,34	94,51
Aquiraz	88,05	90,43	92,37
Cascavel	79,76	83,06	84,90
Caucaia	89,40	90,26	89,18
Chorozinho	27,75	50,62	60,41
Eusébio	100,00	100,00	100,00
Fortaleza	100,00	100,00	100,00
Guaiúba	57,21	78,51	78,36
Horizonte	58,99	83,23	92,50
Itaitinga ¹⁶	-	90,86	99,30
Maracanaú	99,53	99,69	99,32
Maranguape	72,46	74,05	76,00
Pacajus	71,23	77,83	81,95
Pacatuba	89,16	90,97	85,89
Paracuru	53,23	60,54	65,08
Paraipaba	39,62	49,80	44,72
Pindoretama	33,64	45,60	60,38
São Gonçalo do Amarante	61,46	62,00	65,02
São Luís do Curu	65,36	64,23	64,56
Trairi	21,08	32,37	36,53

Fonte: Elaborada por Felipe Rodrigues Leitão a partir de dados do IBGE (2011).

A partir dessas informações, verificamos a ocorrência de uma área de alta urbanização, composta pela conurbação de partes de cinco municípios: principalmente Fortaleza, mas também Caucaia ao oeste, Maracanaú ao sudoeste, Eusébio e Aquiraz ao leste. Em relação à conurbação, cabe ressaltar seus diferentes fatores causais: a influência do crescimento urbano ao longo do litoral por meio de loteamentos de segunda residência, tanto ao leste como ao oeste; a implantação de um distrito industrial em Maracanaú e conjuntos habitacionais ao sudoeste desde os anos 1970; e a expansão ao leste em direção a Eusébio e Aquiraz por meio de loteamentos fechados.

Quadro 1
CATEGORIA E SITUAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DO ESPAÇO DA RMF

Categoria	Situação	Definição
Urbano	Área urbana de alta densidade de edificações	Área urbana com alta densidade de edificações.
	Área urbana de baixa densidade de edificações	Área urbana com baixa densidade de edificações, processos de expansão urbana, áreas verdes desabitadas, entre outras.
	Núcleo urbano	Áreas urbanas isoladas e aglomerados rurais de extensão urbana que estejam descolados da área urbana. Inclui também conjuntos habitacionais e condomínios, mesmo em áreas rurais.
Rurais	Povoado	Aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo e caracterizado pela existência de comércio e serviços.
	Núcleo rural	Aglomerado rural vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, agroindústria, usinas etc.).
	Lugarejo	Aglomerado rural que não dispõe dos serviços ou equipamentos urbanos definidores dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário.
	Área rural (exclusive aglomerados)	Área de uso rural caracterizada pela dispersão de domicílios e pela presença usual de estabelecimentos agropecuários.

Fonte: Elaborado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2019c).

Para além dessa área, o adensamento populacional e de edificações se mostra mais expressivo em pontos dispersos na região, sobretudo em torno das respectivas sedes municipais, como ocorre com Horizonte, Pacajus e Chorozinho, ao sul, ao longo da BR 116 e com São Gonçalo do Amarante ao oeste.

Já a área urbana de baixa densidade é mais presente especialmente à margem da área conurbada, destacando-se os municípios de Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Itaitinga, Aquiraz, Eusébio, Cascavel, Horizonte e Pacajus. Por outro lado, há pequenos núcleos dispersos ao longo dos demais municípios. Os dados também mostram que até mesmo dentro de cada município há grandes diferenças de urbanização do território, revelando um padrão de urbanização dispersa, que se contrapõe à alta densidade demográfica nas partes conurbadas.

Por outro lado, a categoria rural aparece com grande destaque na RMF, até mesmo em municípios com forte integração à capital Fortaleza,

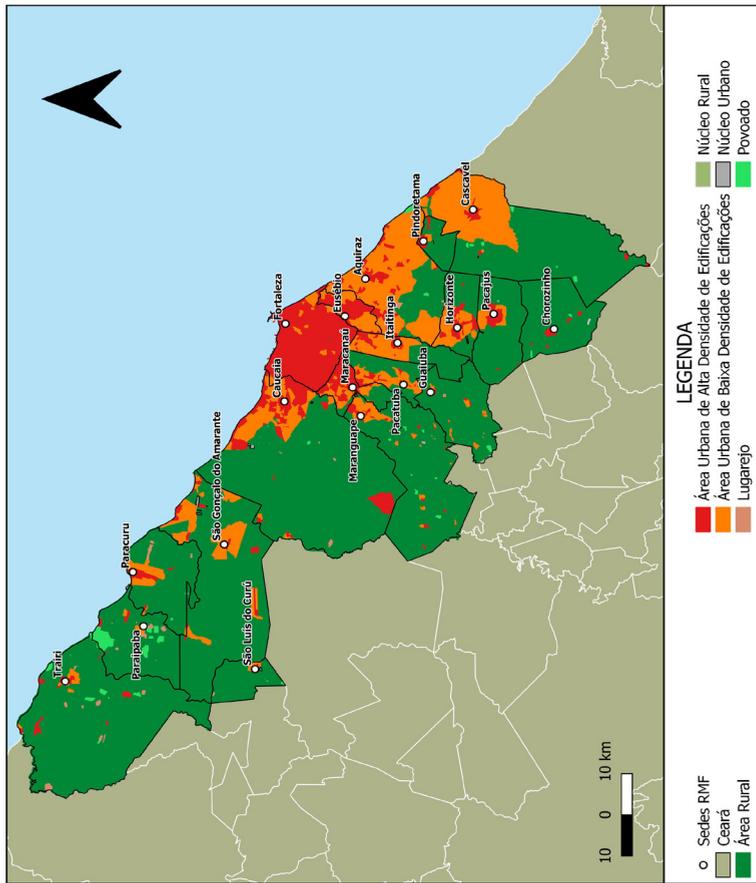
como Caucaia e Maracanaú, que apresentam vastas áreas classificadas como não urbanas, que ocupam parte significativa de seus respectivos territórios, emergindo à medida que nos distanciamos da mancha urbana principal. Paraipaba não chega a constituir área de adensamento nem em torno da sua sede, formando somente um pequeno núcleo urbano no distrito sede, com urbanização incipiente. A figura 3 ilustra a realidade *sui generis* da RMF.

Estudos realizados pela rede de pesquisa Observatório das Metrôpoles (OM) também evidenciam essa realidade peculiar da RMF. Utilizando os dados sobre ocupação contidos no Censo Demográfico do IBGE em sua Pesquisa Amostral¹⁷, pesquisadores da rede desenvolveram uma metodologia para identificar a estrutura social da metrópole. Para isso, adotaram a centralidade do trabalho e investigaram a divisão social da cidade quanto à espacialização da diferenciação social, da segmentação da sociedade e da segregação residencial referentes ao que estabelece a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as quais são classificadas como categorias sócio-ocupacionais, seguindo uma hierarquia fundada em dicotomias direção/execução, manual/não manual e função superior/inferior¹⁸.

Através da metodologia da rede, Pequeno (2015), pesquisador do núcleo Fortaleza do OM, ao apresentar a estrutura social da metrópole em suas áreas homogêneas, concluiu que mais de 77% da superfície da RMF correspondia ao chamado tipo socioespacial rural e constatou que os trabalhadores agrícolas apresentavam maior percentual em relação às demais categorias sócio-ocupacionais e maior densidade na totalidade do espaço metropolitano. Esse tipo abrange a totalidade dos municípios de São Gonçalo do Amarante, Guaiúba, Cascavel, Pindoretama e Chorozinho, assim como partes das áreas rurais de Caucaia, Maranguape, Pacajus e Aquiraz.

Segundo o mesmo estudo, outros 14% da RMF foram reconhecidos como tipo operário-rural, nos quais se destaca a presença de trabalhadores em ocupações industriais e agrícolas. Integram esse tipo algumas áreas dos municípios mais próximos a Fortaleza, para onde se deslocaram indústrias provenientes da capital e de outras oriundas dos demais estados, atraídas pelos incentivos ofertados pelo governo estadual desde a década de 1990.

Figura 3
ESPAÇOS URBANOS E RURAIS DA RMF, SEGUNDO CATEGORIAS DO IBGE



Fonte: Elaborada por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2019c).

Em relação ao tipo operário-rural, observa-se a junção de atividades produtivas que revelam a intensa transformação pela qual passam alguns municípios da RMF mais próximos à capital, onde a agropecuária passa a conviver com o setor industrial. Essa situação pode ser constatada nos seguintes municípios: Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Itaitinga, Horizonte, Pacajus, Eusébio e Aquiraz¹⁹.

Entendemos que os estudos de Pequeno (2015) seriam uma comprovação do que os dados do IBGE (2019c) apontaram, uma vez que ambos mostram a predominância dos espaços rurais na RMF (em torno de 75%).

Nas próximas seções, apresentaremos alguns aspectos sobre o uso desses espaços da RMF.

4. Os estabelecimentos agropecuários e os destaques da produção agropecuária

Nesta seção, também apresentamos dados que nos permitiram testar a hipótese de que a agropecuária é uma atividade de grande destaque no que tange ao uso e à ocupação do espaço e da economia da RMF. O número de estabelecimentos agropecuários existentes na região de estudo foi uma variável importante para trabalharmos essa hipótese.

De acordo com o IBGE (2019b), estabelecimento agropecuário pode ser definido como uma unidade produtiva dedicada, em parte ou integralmente, às atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, não importando seu tamanho, formação jurídica ou localização (área urbana ou rural), desde que atenda à prerrogativa da dedicação à produção agropecuária para a venda ou para o consumo²⁰. Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2019b), a RMF contava com 28.107 estabelecimentos agropecuários, somando uma área de 256.035 hectares, distribuídos de forma bastante desigual pelos 19 municípios. Aquiraz, Trairi e Maranguape apresentaram os maiores números de estabelecimentos, com 15,5%, 12% e 11% do total de unidades da região, respectivamente; enquanto Fortaleza, Maracanaú e Eusébio foram os municípios com menos estabelecimentos agropecuários, com quantidades inferiores a 1%.

Tabela 3
NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA RMF, SEGUNDO MUNICÍPIOS EM 2017

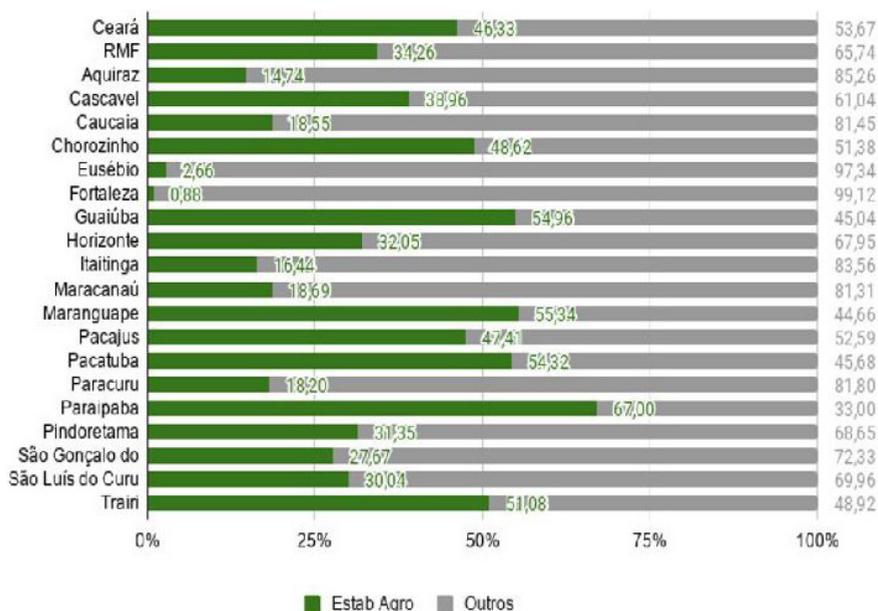
Municípios	Estabelecimentos		Área (ha)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Aquiraz	4.324	15,38	7.136	2,79
Cascavel	2.549	9,07	32.796	12,81
Caucaia	2.698	9,60	22.799	8,90
Chorozinho	1.383	4,92	13.538	5,29
Eusébio	187	0,67	204	0,08
Fortaleza	244	0,87	288	0,11
Guaiúba	1.167	4,15	15.185	5,93
Horizonte	753	2,68	5.149	2,01
Itaitinga	637	2,27	2.489	0,97
Maracanaú	194	0,69	1.975	0,77
Maranguape	3.047	10,84	32.689	12,77
Pacajus	1.239	4,41	12.064	4,71
Pacatuba	774	2,75	7.196	2,81
Paracuru	589	2,10	6.013	2,35
Paraipaba	1.776	6,32	20.175	7,88
Pindoretama	1.490	5,30	2.338	0,91
São Gonçalo do Amarante	1.192	4,24	23.084	9,02
São Luís do Curu	497	1,77	3.679	1,44
Trairi	3.367	11,98	47.238	18,45
Total	28.107	100,00	256.035	100,00

Fonte: Elaborada por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2019b).

Em relação à área dos estabelecimentos agropecuários, 53% distribuíam-se somente em quatro dos maiores municípios da RMF em superfície: Trairi, Maranguape, Cascavel e São Gonçalo do Amarante. Em contrapartida, Fortaleza, Maracanaú, Eusébio, Itaitinga e Pindoretama apresentavam as menores áreas de estabelecimentos agropecuários, somando conjuntamente um percentual inferior a 3% (tabela 3). A figura 4 exemplifica essa realidade ainda pouco estudada da RMF.

Dados da mesma fonte indicam que a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários somava cerca de 34% da área total da RMF. Se pouco significam em relação à área total de um município como Fortaleza, para outros sete somavam quase 50% ou mais de suas áreas municipais: Paraipaba (67%), Maranguape (55,34%), Guaiúba (54,96%), Pacatuba (54,32%), Trairi (51,08%), Chorozinho (48,62%) e Pacajus (47,41%) (figura 5). É importante lembrar que esses municípios se localizam nas direções oeste e sul, portanto opostas à direção leste, onde os dados do IBGE (2019c) apontaram a expansão de áreas urbanas de alta e baixa densidades (figura 3).

Figura 5
 PROPORÇÃO ENTRE A ÁREA OCUPADA PELOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E A ÁREA TOTAL DO ESTADO DO CEARÁ, DA RMF E DE SEUS MUNICÍPIOS EM 2017²¹



Fonte: Elaborada por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2019b).

De maneira geral, o IBGE classifica as formas de uso e ocupação dos estabelecimentos agropecuários em cinco classes principais: lavouras permanentes, lavouras temporárias, matas e florestas, pastagens naturais, pastagens plantadas. Em relação à RMF, os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2019b) indicavam a predominância das lavouras

temporárias e permanentes. Também chama a atenção a maciça perda de área com matas e florestas, reduzida em 73%, entre 1995 e 2017, quando passou de 195.235 para 52.642 hectares. No último ano, 58% das matas e florestas naturais da RMF concentravam-se somente em Trairi, Cascavel e Caucaia, municípios com extensa superfície e localização litorânea, condição que os coloca sob a ameaça de implantação de novos empreendimentos imobiliários voltados para segunda residência ou vinculados às atividades do turismo de sol e mar.

Entre as culturas permanentes produzidas na RMF, destacava-se a produção de frutas, especialmente coco e manga. O Ceará é o maior produtor de coco do Brasil, cultura que vem passando por importante processo de reestruturação produtiva nas últimas duas décadas. Em 2017, 43% da produção de coco do estado se realizava na RMF, especialmente em Trairi e Paraipaba, enquanto 32% da produção estadual de manga ocorria na RMF.

Outra cultura permanente de grande importância na RMF é a castanha-de-caju, produto de destaque nas exportações do Ceará. Em 2017, 15% da área destinada à colheita desse produto em todo o estado se concentravam na RMF, especialmente nos municípios de Chorozinho, Cascavel, Trairi e Pacajus.

Na pecuária, o grande destaque da RMF é a avicultura. Em 2017, a região produziu 50% da produção total das galinhas e 58% da de ovos de toda a produção do Ceará, com maior concentração nos municípios de Aquiraz, Horizonte e Cascavel, que apresentam um processo de especialização territorial produtiva (ELIAS; LEITÃO; PEQUENO, 2022). Cabe ressaltar a presença de muitos casos de mudança de uso do solo nas granjas situadas nas franjas periurbanas desses municípios ou ao longo dos eixos viários principais, as quais vêm sendo progressivamente transformadas em loteamentos e condomínios fechados. Além disso, mais recentemente, ganha importância o surgimento de novas áreas de aviários ao oeste da RMF, como em São Gonçalo do Amarante e Paracuru.

A produção de leite também merece destaque na pecuária da RMF. Embora a quantidade produzida na região em relação ao total do estado fosse pequena em 2017 (8%), as taxas mostram tendência de elevação, tendo atingido 81,5%, entre 1995 e 2017. Nesse último ano, as maiores produções foram registradas em Caucaia (29%) e Maranguape (26%) (IBGE, 2018). Por

outro lado, de acordo com dados de uma importante publicação do setor (MILKPONT, 2022), das 100 maiores empresas produtoras de leite do Brasil, três situam-se no Ceará e uma delas, a 19ª maior produtora de leite do país em 2021, encontra-se em Maranguape, município conurbado à Fortaleza.

O mesmo estudo mostra que, entre essas três empresas cearenses apontadas entre as maiores produtoras de leite do país, embora só uma tivesse a produção em município da RMF, as três instalaram suas respectivas sedes corporativas na cidade de Fortaleza. Entendemos que isso é uma evidência da força que essa cidade tem também no que tange à gestão dos processos associados à produção agropecuária intensiva.

5. Perímetros irrigados públicos e assentamentos de Reforma Agrária

Também corrobora a importância da atividade agropecuária no espaço e na economia da RMF a presença de dois perímetros irrigados públicos e 24 assentamentos da reforma agrária. Os perímetros irrigados públicos pertencem ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e são herança de quando a principal forma de intervenção do governo federal para buscar solucionar o problema da seca no Nordeste se dava através da construção de açudes, barragens e sistemas de irrigação.

Esse tipo de intervenção, baseada em ações isoladas de construção de obras de engenharia, perdurou até meados do século XX, quando o Brasil passou por um breve momento de efervescência de debates sobre as teorias desenvolvimentistas, com destaque para as discussões sobre as disparidades regionais brasileiras. Foi então que se criaram algumas instituições visando à intervenção federal na região Nordeste, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)²². Na mesma época, teve início a atuação planejada do Estado no Nordeste para fornecer os sistemas técnicos e normativos (SANTOS, 1996), visando a dinamizar economicamente a região. Segundo Bursztyn (1984), foi quando o Estado brasileiro deixou de ser autoritário por omissão para se tornar autoritário ativo (ELIAS, 2002b).

No que tange à agropecuária, entre as principais políticas públicas da SUDENE, visando a expandir as condições materiais e econômicas necessárias à modernização da atividade, entendida como a expansão do capitalismo no campo, a irrigação foi apontada como instrumento com capacidade de expandir as forças produtivas e de aumentar a produção e a produtividade (ELIAS, 2002b).

Dessa feita, a década de 1970 marcou a criação de um conjunto de políticas públicas voltadas à irrigação, entre as quais se destaca o Programa de Irrigação do Nordeste, destinado ao aproveitamento dos vales úmidos. Na época, priorizou-se em toda a região a construção de grandes perímetros irrigados públicos, tendo sido construídos 27, dos quais nove se encontravam no Ceará²³. Nas décadas seguintes, outros cinco perímetros foram construídos no estado, com objetivos já voltados à lógica de difusão do agronegócio.

Os perímetros são grandes sistemas de objetos (SANTOS, 1996) voltados à produção agrícola, tendo a irrigação como parte muito importante de um sistema técnico agrícola. Eles são compostos de um conjunto de fixos como açudes, canais de irrigação e de adução, estações de bombeamento, redes de drenagem, rede viária, escritório de administração e, naturalmente, lotes de produção, entre outros (ELIAS, 2002b).

Dos 14 perímetros irrigados existentes no Ceará, dois se encontram em municípios que compõem a RMF: o Curu-Paraipaba e o Curu-Pentecoste. Inaugurado em 1975, o perímetro Curu-Paraipaba localiza-se em Paraipaba, um dos últimos municípios que passou a compor a RMF, em 2015. Originalmente destinado a pequenos produtores, hoje também se volta a empresas e técnicos, apresentando destaque pela relevante produção de coco (ADECE, 2011). Já o Perímetro Curu-Pentecoste – implantado em 1974 e ocupado sobretudo por pequenos produtores, com o cultivo de banana, coco, mamão e feijão – possui apenas uma parte na RMF, uma vez que parte de sua área se localiza no município de São Luís do Curu, incorporado à região em 2015, ficando o restante do perímetro em Pentecoste, cidade que não pertence à RMF (ADECE, 2011).

A região também conta com 24 assentamentos rurais do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), a maior parte (15) implantada após os anos 2000, distribuídos em 11 municípios e beneficiando 1.722

famílias assentadas. Caucaia, município conurbado à Fortaleza, apresenta o maior número de assentamentos, totalizando sete unidades. Entre estes encontram-se dois dos maiores assentamentos no que tange à área ocupada (terceira e quarta posições), sendo que o maior em termos de área se situa em Cascavel e o segundo maior em Paraipaba (INCRA, 2019).

6. Trabalhadores agrícolas não rurais

Ainda nas décadas de 1980 e 1990, ao discutir sobre as novas tendências da urbanização brasileira, Milton Santos (1988; 1993) defendia que seria interessante considerar para tais estudos a existência de um trabalhador agrícola não mais rural. Essa nos pareceu uma excelente variável para analisarmos a relevância da agropecuária na RMF.

O Censo Demográfico de 2010 permite identificar essa categoria de trabalhadores e, para esse ano, a RMF registrava 25.755 trabalhadores agrícolas não rurais, ou seja, pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário. Desses, 23% residiam em Fortaleza. Dessa forma, uma das principais metrópoles do Brasil possuía cerca de seis mil residentes ocupados em atividades classificadas como agropecuárias.

Considerando-se a pouca representatividade das atividades agropecuárias na metrópole cearense, esse dado nos permite deduzir que, entre os trabalhadores que realizam movimentos pendulares na RMF, encontram-se os que moram em Fortaleza e estão ocupados em atividades agropecuárias em municípios vizinhos. Cascavel, Aquiraz e Caucaia vêm na sequência de Fortaleza no que tange ao número de pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário (tabela 4). Esses dados mostram que as interações espaciais (CORREIA, 2016) ocorridas entre cidade e campo são importantes na RMF e devem ser levadas em conta para compreendermos a economia, a sociedade e, naturalmente, a produção do espaço da RMF.

Dentre as ocupações que compõem o contingente de trabalhadores agropecuários residentes urbanos, há predominância das classificadas pelo IBGE como sem qualificação, sendo que cerca de 70% são agricultores ou trabalhadores da agropecuária, somando 17.973 pessoas. Desse total, 15% residem em Fortaleza, 11,5% em Aquiraz, 11% em Cascavel, 10% em Maranguape e 9,5% em Caucaia, totalizando 56,5% de trabalhadores (tabela 5).

Tabela 4

PESSOAS RESIDENTES EM ÁREAS URBANAS OCUPADAS NO SETOR AGROPECUÁRIO DA RMF, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS EM 2010

Município	Quantidade	%
Aquiraz	2.584	10,03
Cascavel	2.857	11,09
Caucaia	2.269	8,81
Chorozinho	462	1,79
Eusébio	563	2,19
Fortaleza	5.943	23,07
Guaiúba	997	3,87
Horizonte	809	3,14
Itaitinga	728	2,83
Maracanaú	859	3,34
Maranguape	1.931	7,50
Pacajus	1.163	4,52
Pacatuba	477	1,85
Paracuru	708	2,75
Paraipaba	437	1,70
Pindoretama	460	1,79
São Gonçalo do Amarante	1.310	5,09
São Luís do Curu	164	0,64
Trairi	1.036	4,02
Total	25.757	100,00

Fonte: Elaborada por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2011).

Por outro lado, as atividades com maior qualificação, como de dirigentes de produção, agrônomos, engenheiros ambientais, veterinários e técnicos agropecuários somavam 1.968 pessoas na RMF. Dessas, a maioria (72,5% ou 1.424 pessoas) residia em Fortaleza.

Tabela 5
MÃO DE OBRA AGRÍCOLA NÃO RURAL SEM QUALIFICAÇÃO NA RMF SEGUNDO OS MUNICÍPIOS EM 2010

Municípios	Agricultores e trabalhadores da agropecuária	Trabalhadores florestais, pescadores e caçadores	Dirigentes de produção agropecuária, silvicultura, aquicultura e pesca	Agrônomo, engenheiros ambientais e veterinários	Técnicos agropecuários e assistentes veterinários	Operadores de máquinas agrícolas e florestais móveis	Total
Aquiraz	2.063	402	35	-	6	78	2.584
Cascavel	1.947	857	34	-	-	19	2.857
Caucaia	1.673	537	21	25	13	-	2.269
Chorozinho	396	56	5	-	-	5	462
Eusébio	494	58	-	-	11	-	563
Fortaleza	2.736	1.699	263	985	176	84	5.943
Guaiúba	820	166	12	-	-	-	998
Horizonte	622	104	36	35	-	11	808
Itaitinga	621	98	-	-	-	10	729
Maracanaú	794	-	24	9	11	21	859
Maranguape	1.778	85	8	32	18	9	1.930
Pacajus	950	177	-	14	-	23	1.164
Pacatuba	366	51	-	25	34	-	476
Paracuru	501	177	9	-	21	-	708
Paraipaba	273	68	31	-	23	41	436
Pindoretama	433	16	-	-	-	10	459
S. Gonçalo Amarante	969	321	10	-	10	-	1.310
São Luís do Curu	147	17	-	-	-	-	164
Trairi	390	614	21	-	11	-	1.036
Total	17.973	5.503	509	1.125	334	311	25.755

Fonte: Elaborada por Felipe Rodrigues Leitão a partir de dados do IBGE (2011).

7. Considerações Finais

A partir da discussão aqui exposta, verifica-se que a RMF, embora abrigue uma das principais metrópoles do Brasil, é marcada pela dominância do espaço rural frente ao urbano que se manifesta ora de forma contínua – conurbação de Fortaleza com os municípios limítrofes, ora sob a forma de pontos dispersos – no entorno das sedes dos demais municípios da região.

Os dados apresentados destacaram a forte presença dos estabelecimentos agropecuários na RMF e a existência de uma importante produção agropecuária no contexto da região, assim como sua significativa participação no contexto do próprio estado para algumas culturas.

Chama atenção que a expansão urbana da região metropolitana desde Fortaleza ocorra praticamente à margem de um processo de planejamento territorial desde 1992, quando foi extinta a Autarquia Metropolitana de Fortaleza. Tal constatação decorre da inclusão de alguns municípios com baixos níveis de integração à RMF, bem como da ausência de estratégias de desenvolvimento urbano que promovam uma estrutura mais equilibrada.

Percebe-se um padrão de crescimento fortemente fragmentado, marcado pela presença de atividades produtivas dispersas ao longo dos eixos viários e sem qualquer preocupação com possíveis incompatibilidades de uso nas franjas de transição urbano-rural. Assim, os aspectos aqui discutidos apontam para a necessidade de instrumentos de planejamento territorial que possam contribuir com uma melhor gestão metropolitana.

Notas

- ¹ Dados do Governo do Estado do Ceará (2018) mostram que 47% dos empregos na indústria de transformação no Ceará são gerados na indústria de calçados e de vestuário (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2018).
- ² Sobre o tema, consultar Pereira Junior (2005; 2013).
- ³ Entre os mais famosos esportes aquáticos, podemos citar o da prática de kitesurf, que se aproveita dos fortes ventos e do litoral cearenses. No segundo semestre do ano, algumas praias ficam com o céu colorido pelas velas dos kitesurf e com uma profusão de sons que misturam várias línguas estrangeiras com a dos nativos. Cumbuco, no município de Caucaia, localizada a cerca de 35 km de Fortaleza, pode ser citada entre as mais visitadas para a prática de tal esporte.

- ⁴ Sobre a reestruturação produtiva da agropecuária cearense, consultar Elias (2002a, 2002b, 2003a, 2005, 2006).
- ⁵ Sobre o consumo produtivo e consumo consumptivo, consultar Santos (1988, 1993) e Elias (2003b).
- ⁶ Até o final da década de 1990, no ramo de distribuição do setor varejista, dominavam as empresas de capital local. A rede de supermercados Pão de Açúcar, por exemplo, iniciou sua operação no Ceará em 1998, ingressando de forma agressiva com a aquisição de oito lojas de uma rede de supermercados de capital local ainda hoje existente: Mercadinho São Luiz.
- ⁷ De acordo com a Associação Brasileira de *Shopping Centers* (ABRASCE), Fortaleza está entre as principais capitais com maior área bruta locável em *shoppings* do Brasil, figurando com o 4º lugar em 2017, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (O POVO, 2017).
- ⁸ A pandemia de coronavírus intensificou sobremaneira o *e-commerce* e, com isso, houve um aumento na instalação de centros de distribuição dos principais varejistas atuantes no Brasil, como Mercado Livre, Americanas, Amazon, Magazine Luiza. Essas duas últimas já possuem unidades no Ceará, sendo que a Amazon foi a mais recente a se instalar, em outubro de 2021, no município de Itaitinga, na Região Metropolitana de Fortaleza. Recentemente, foi anunciado que a gigante chinesa Alibaba está em fase de estudos para também se implantar no estado (XIMENES, 2022).
- ⁹ Entre os principais, destacam-se o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e o Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos (PROADE) do Governo do Ceará, com diferimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até hoje em vigência. Os incentivos são mais generosos do que a isenção de impostos, uma vez que incluem muitas vezes outros aspectos, como a doação de terrenos para implantação dos investimentos. Dados do Governo do Estado do Ceará (2018) mostram que 87% do estoque total de empregos na indústria calçadista são gerados por empresas incentivadas pelo FDI.
- ¹⁰ O estado do Ceará é historicamente um dos mais pobres e desiguais do Brasil. No momento que escrevamos o presente artigo (maio 2022), um dos dois principais jornais cearenses estampava a manchete de que a taxa de desocupação do Ceará é de 11%, com 3,6 milhões de cearenses fora da força de trabalho. Por outro lado, mais da metade dos trabalhadores do estado estão na informalidade (MAGNO, 2022).
- ¹¹ Atualmente, a RMF é composta pelos seguintes municípios: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba, Paracuru e Trairi.
- ¹² Sobre o conceito de aglomeração urbana, consultar Miyazaki (2017).
- ¹³ A unidade territorial utilizada nesta pesquisa são os setores censitários, que dizem respeito à “menor porção territorial utilizada pelo IBGE para planejar e realizar levantamentos de dados do Censo e Pesquisas Estatísticas [...]. Este corresponde a um recorte do território nacional, considerando a Divisão Político-Administrativa e outras estruturas territoriais, que permite o levantamento das informações estatísticas dentro do prazo determinado para a coleta. [...] Traduz o estágio temporal dos sistemas cadastrais do IBGE, conforme os processos de aquisição, tratamento, gerenciamento e atualização dos dados, na construção da Base Territorial do Censo Demográfico e Pesquisas Domiciliares. [...] Além disso, cada setor traz informações necessárias ao dimensionamento da coleta, como sua condição urbana ou rural e status de localidades, como cidades, vilas, núcleos urbanos e aglomerados rurais” (IBGE, s. d., *on-line*).
- ¹⁴ A delimitação da área ocupada por essas categorias foi realizada a partir das informações dos Setores Censitários do IBGE e calculada a partir da área ocupada por cada um por meio do programa de Georreferenciamento Quantun Gis.
- ¹⁵ O último dado apresentado é de 2010, tendo em vista que esse foi o ano da última edição do Censo Demográfico, fonte utilizada na construção da tabela.

- ¹⁶ O município de Itaitinga foi fundado em 1992, desmembrado de Pacatuba. Dessa forma, não é possível acesso a informações anteriores a esse ano.
- ¹⁷ As informações são declaradas pela população recenseada e dizem respeito à ocupação que tinham os informantes na última semana de julho do ano anterior ao ano de realização do censo.
- ¹⁸ Por meio de tratamento geoestatístico, com base em análise multivariada e de *clusters* realizados através do *software* StatLab, são reconhecidos os diferentes tipos socioespaciais correspondentes aos compartimentos que compõem a estrutura social da metrópole. Sobre a metodologia, consultar Ribeiro; Ribeiro (2013).
- ¹⁹ Maiores detalhes sobre esse estudo para Fortaleza podem ser obtidos em Pequeno (2015). Importante lembrar que a base de dados deste estudo foi o Censo Demográfico IBGE de 2010, quando a RMF era composta por apenas 15 municípios, ficando ausentes os municípios de Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu.
- ²⁰ O estabelecimento agropecuário é a unidade básica dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, a mais importante base de informações sobre a produção agropecuária e o espaço agrícola brasileiros.
- ²¹ Para a construção do gráfico, a área dos estabelecimentos agropecuários, disponibilizada pelo IBGE em hectares, foi convertida em km² para que fosse possível realizar a comparação com a área total dos municípios.
- ²² E também o Banco do Nordeste e a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), entre outras.
- ²³ O tema dos perímetros irrigados construídos pelo DNOCS é bastante complexo e importante para entender a expansão do capitalismo no campo no Nordeste de uma maneira geral, incluindo o caso cearense. Desde o início dessa política de construção dos perímetros irrigados públicos no Nordeste, estes passaram por muitas mudanças, como aquelas promovidas pela política denominada de Novo Modelo de Irrigação, no final da década de 1980, que está entre as principais no que tange à promoção de programas estruturantes para o crescimento econômico no campo, voltados para expansão de atividades agropecuárias moldadas em padrões com maior produtividade, calcadas em produtos de alto valor agregado, com aumento da produção e da competitividade. Depois dessas mudanças nas políticas de perímetros irrigados, novos empreendimentos ainda foram construídos no Ceará já dentro dessa lógica (Tabuleiro de Russas, Araras Norte e Baixo Acaraú) (ELIAS, 2002b). Sobre o tema dos perímetros irrigados, consultar Diniz (2002).

Referências

ADECE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Perímetros Públicos Irrigados do Ceará (2011)**. ADECE: Fortaleza, 2011. Disponível em: https://www.adece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/98/2012/10/perimetros%20_publicos_do_ceara_sb-7.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016.

CSP. COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM. **Processo de produção do aço**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.cspecem.com/pt-br/sobre-a-csp/processo-de-producao-do-aco/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

DINIZ, Aldiva. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p.39-60.

ELIAS, Denise. **O novo espaço da produção globalizada**: o Baixo Jaguaribe (CE). Fortaleza: Funece, 2002a. 363p.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semiárido cearense. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002b. p. 15-43.

ELIAS, Denise. Desigualdade e pobreza no espaço agrário do estado do Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 61-69, 2003a.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003b. 400 p.

ELIAS, Denise. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 223-239, 2005.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera (UNESP)**, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006.

ELIAS, Denise. A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, n. 01, p. 1-28, 2020.

ELIAS, Denise; LEITÃO, Felipe Rodrigues; PEQUENO, Renato. Avicultura na Região Metropolitana de Fortaleza: produção, agentes e dinâmicas socioespaciais. **Caminhos de Geografia**, 2022 (no prelo).

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação econômica e a nova economia política da urbanização no Ceará/Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, ago. 2013.

GOVERNO DO CEARÁ. **Informe Econômico nº1/2018. A importância do setor calçadista na economia cearense**. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (SDE), 2018. 23p. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/IE-01-de-2018-A-import%C3%A2ncia-do-setor-cal%C3%A7adista-na-economia-cearense.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017b. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=26360&t=destaques>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2018>. Acesso em: 10 dez. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Estimativa da população**. 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE. **Malha dos Setores Censitários – Edição de 2019**. 2019c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=28392&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 05 set. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE. **Região de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE. **Malha dos Setores Censitários**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 05 set. 2020.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2019. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LEITÃO, Felipe Rodrigues. **O agronegócio globalizado na Região Metropolitana de Fortaleza (CE)**. 2021. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE. 2021.

MAGNO, Alan. Ceará registra 3,6 milhões de pessoas fora da força de trabalho no primeiro trimestre. **O Povo**, 13 mai. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/05/13/ceara-registra-36-milhoes-de-pessoas-fora-da-forca-de-trabalho-no-primeiro-trimestre.html>. Acesso em: 13 mai. 2022.

MILKPONT. **Levantamento Top 100 2022** – Os 100 maiores produtores de leite do Brasil. Piracicaba: MilkPont. Disponível em: https://www.milkpoint.com.br/top100/top100-2021.pdf?utm_source=top100&utm_medium=download&utm_campaign=marco-2022. Acesso em: 20 abr. 2022.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. Aglomeração urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. p. 9-21.

O POVO. **Fortaleza é a 4ª capital com maior área em shoppings**. 30 dez. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/12/fortaleza-e-a-4-capital-com-maior-area-em-shoppings.html>. Acesso em: 14 mai. 2022.

PECEM. Complexo Industrial e Portuário. **Área industrial**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.complexodopecem.com.br/area-industrial/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

PEQUENO, Renato. Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato. (Org.). **Fortaleza: Transformações da ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 187-237.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano**. Reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza: Eduece, 2005. 239p.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. **Território e economia política** - uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: EDUSP, 2008.

XIMENES, Victor. Mercado Livre negocia centro de distribuição no Ceará. **Diário do Nordeste**, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opinioao/colunistas/victor-ximenes/mercado-livre-negocia-centro-de-distribuicao-no-ceara-1.3180602>. Acesso em: 13 mai. 2022.

Recebido em 25/05/2022

Aceito em 06/06/2022

